



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	12/11/1992
Data de última correição	19 de agosto de 2020
Período correicionado	1º/08/2020 a 31/07/2021

Aos 31 dias do mês de agosto de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 20/2021 no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico. O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação da Juíza Titular, Rita Leite Brito Rolim, do Juiz Substituto, Clovis Rodrigues Barbosa, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/08/2020 a 31/07/2021** (12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Rita Leite Brito Rolim	28/08/2004 – Ato TRT GP nº 73/2004

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Clovis Rodrigues Barbosa	1º/07/2021- Ato TRT SCR Nº 25/2021

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **14** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Abilio de Sa Neto	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	11/01/2009
Cynthia Fabel Leal	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	03/09/2004
Elizael Soares Pereira	Técnico Judiciário	04/05/2009
Joseni Ribeiro de Araujo	Técnico Judiciário – Calculista	18/07/2007
Lucio Flavio da Silva	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	03/09/2004
Manoel dos Santos Lima	Analista Judiciário – Assistente III	16/11/1992
Marcelo Moreira Gouveia Santos	Analista Judiciário	19/06/2015
Maria Aurileide Rocha Lobo	Técnico Judiciário – Assistente III	11/11/2012
Marie Suzanne Malzac	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	02/04/1996
Marília Monteiro Quaresma	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	03/09/2004
Rachel Feitosa da Cruz	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	05/07/2021
Roner Ribeiro da Silva	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	05/12/2016
Sirlei Aparecida Dias Moura	Técnico Judiciário – Assistente III	28/04/1993
Thelma Íris Sobreira Gomes de Lira	Técnico Judiciário – Calculista	13/06/1997



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa de numeração processual, por servidor no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

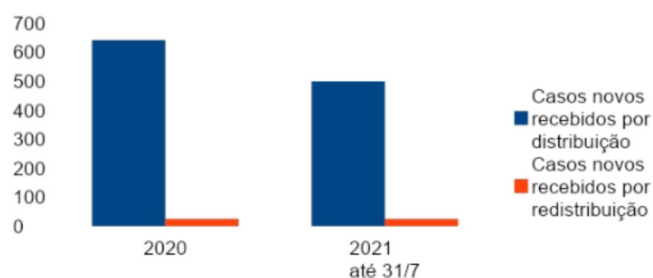
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/07/2021, um acervo processual de **3.754** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.013
Fase de Liquidação	9
Fase de execução	2.706
Cartas precatórias e de ordem	26
TOTAL	3.754

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 31/07
Casos novos recebidos por distribuição	640	499
Casos novos recebidos por redistribuição	24	24
TOTAL	664	523



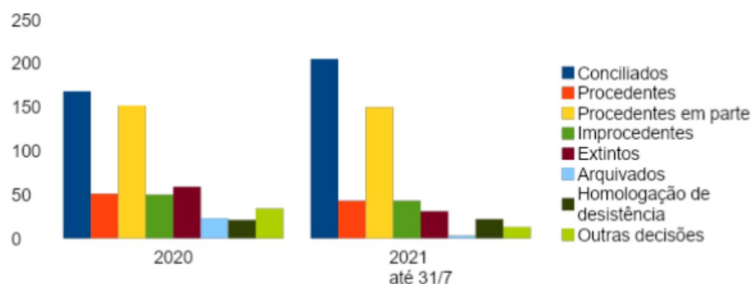


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No período correccionado, há registro de 2 processos recebidos com sentença anulada pela instância superior (0000851-15.2019.5.13.0025 e 0000287-59.2020.5.13.0006).

2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

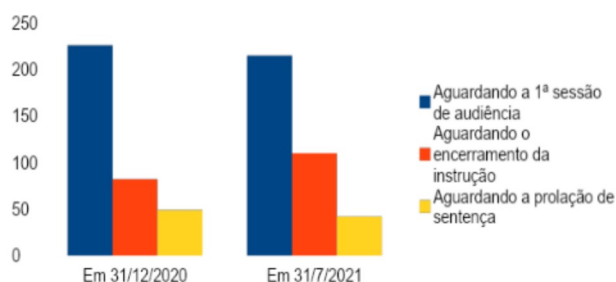
Item	2020	2021 até 31/07
Conciliados	168	205
Procedentes	51	43
Procedentes em parte	152	150
Improcedentes	50	43
Extintos	59	31
Arquivados	23	3
Homologação de desistência	21	22
Outras decisões	34	13
TOTAL	558	510



2.3 Pendentes de solução (Fonte:: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2020	Em 31/07/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	226	215
Aguardando o encerramento da instrução	82	110
Aguardando a prolação de sentença	49	42
TOTAL	357	367



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 em 31/07	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	928	1013	9,16%
Fase de liquidação	9	9	0%
Fase de execução	3.038	2.706	-10,93%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	1	-	-	-	-
Conciliação em conhecimento	36	44	21	162	51
Conciliação em Execução	5	13	23	14	17
Una	-	1	-	-	-
Instrução	94	58	140	81	1

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira e, se necessário, às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VT	2ª VT	3ª VT	4ª VT	5ª VT	6ª VT	7ª VT	8ª VT	9ª VT	10ª VT	VT	12ª VT	13ª VT	MÉDIA, excluída a unidade correionada
08/20	37	14	49	45	3	18	37	10	34	54	8	3	35	27,42
09/20	61	44	51	88	41	51	83	32	74	102	60	42	64	61,83
10/20	71	41	48	120	86	58	73	34	90	88	49	72	59	69,25
11/20	97	100	122	201	205	83	100	81	82	158	66	94	80	115,5
12/20	88	46	50	84	242	21	76	45	60	75	40	41	46	74,42
01/21	22	8	34	31	54	11	25	13	27	31	19	14	8	23,83
02/21	115	48	134	62	131	61	79	39	67	85	56	62	54	77,67
03/21	105	66	144	96	173	94	96	60	89	102	63	116	81	99,25
04/21	149	74	196	106	90	101	114	62	81	118	27	78	121	101,33
05/21	129	89	225	117	172	91	113	79	57	126	57	140	136	120
06/21	115	114	181	139	105	131	74	77	83	114	138	126	143	117,42
07/21	106	99	145	93	96	57	114	50	93	43	135	142	160	106,33
TOTAL	1095	743	1379	1182	1398	777	984	582	837	1096	718	930	987	994,25

O número de audiências da unidade está quase sempre abaixo da média da Jurisdição, sendo a 4ª que menos fez audiências em João Pessoa no período correicionado (08/2020 a 07/2021).



4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2020	2021 até 31/07
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	84	50
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	113	100
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	125	166
Da conclusão à prolação da sentença	23	26
Do ajuizamento até a prolação da sentença	140	191

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 31/07
Embargos de declaração	Recebidos	158	113
	Baixados	168	107
	Pendentes	1	7
Tutela Provisórias	Recebidos	166	93
	Apreciadas	103	82
	Pendentes	10	12
Liquidação/ Execução	Recebidos	85	37
	Baixados	56	39
	Pendentes	27	16

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/08/2020 a 31/07/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	223	198	22
Recurso adesivo	17	16	1
Agravo de petição	119	95	17
Total	359	309	40



7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO - TMDP 1c e TMDP 1e (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2020: 114** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **228** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **163** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia 31/07, é de **180** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **264** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **212** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **140** dias, para o ano base 2020 e de **191** dias, relativo a este ano de 2021, até 31 de julho.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de 2020, foi de **1.018** dias, e de **3.886** dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de julho.

Pontua-se que a Unidade correicionada encontra-se em **9º** lugar da jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano base de 2020. Em 2021, até o mês de julho, é a unidade com maior tempo médio da jurisdição. De se registrar que a média das demais unidades de João Pessoa é de 870 dias.

Observa-se, neste ponto, que tal prazo se dá, predominantemente, em virtude do volume de processos antigos baixados, sendo 299 deles com mais de 2.000 dias, e dezenas de processos anteriores ao ano 2.000, contando mais de 8000 dias de execução.



8. FASE DE EXECUÇÃO (Fontes: Hórus e e-Gestão)

Item	2020	2021 até 31/07
Execuções pendentes no início do período	2.990	2.952
Execuções iniciadas	493	177
Desarquivados	295	453
Recebidos de outros Órgãos	36	2
Execução de título extrajudicial	3	-
Execuções encerradas	565	480
Remetidos a outros Órgãos	105	1
Processos arquivados provisoriamente	365	124
Execuções pendentes ao final do período	2.952	2.640

9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/07
Acordo	PJe	R\$ 4.657.316,73	R\$ 3.331.021,04
Espontâneo	PJe	R\$ 311.029,95	R\$ 129.774,53
Execução	PJe	R\$ 5.439.336,84	R\$ 2.357.259,38
TOTAL		R\$ 10.407.683,52	R\$ 5.818.054,95

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/07
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 163.790,99	R\$ 108.713,60
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.699.753,92	R\$ 546.320,85
Imposto de renda	PJe	R\$ 142.955,42	R\$ 45.909,82
TOTAL		R\$ 2.006.500,33	R\$ 700.944,27

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORRECIONADO 1º/08/2020 a 31/07/2021		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	Pje	195
INFOJUD	Pje	247
SIMBA	Pje	-
RENAJUD	Pje	313
BNDT	Pendentes (PJe)	606
	Incluídos (PJe)	126

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	83,34%

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,66%
Unidade Correicionada	98,82%

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **499** casos novos (por distribuição) e **499** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **98,82%**.

Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2
	99,56% dos processos distribuídos até 31/12/2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	105,24% da Meta 2
	97,87% dos processos distribuídos até 31/12/2018

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos

Unidades de primeiro grau do TRT	102,73% da Meta 2
	95,53% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	100,40% da Meta 2
	93,37% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 3/2020– Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 39,40% em 2020

Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	91,09% da Meta 3
	35,84% de índice de conciliação

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50%

Unidades de primeiro grau do TRT	102,62% da Meta 3
	39,51% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	116,67% da Meta 3
	44,92% de índice de conciliação

Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
Unidade Correicionada	102,12%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Unidades de primeiro grau do TRT	78,05%
Unidade Correicionada	71,66%

Indicadores

Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2021-01	25	32	489	945	95,14	96,72	96,18
2021-02	54	63	492	904	86,16	90,49	88,92
2021-03	107	69	460	1109	71,21	87,12	81,76
2021-04	62	204	475	997	65,70	73,04	70,50
2021-05	72	107	478	918	59,90	65,90	63,72
2021-06	99	42	454	895	52,00	63,39	59,04
2021-07	61	56	478	849	49,90	59,70	55,76

Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%
Unidade Correicionada	105,27%

Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
Unidade Correicionada	143,24%

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

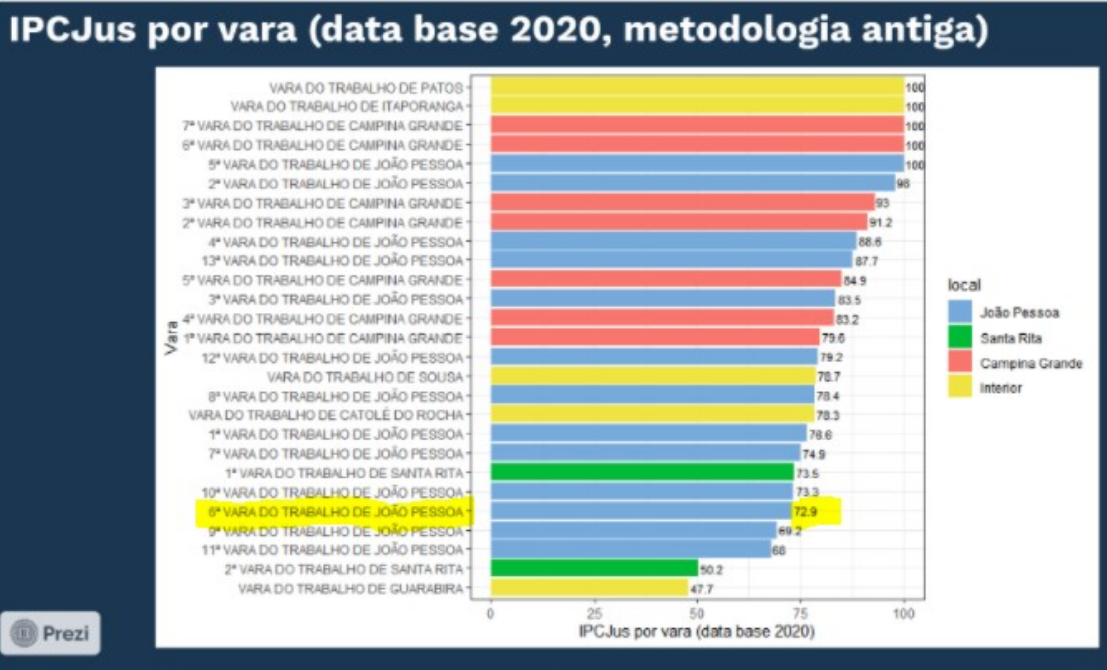
AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um decréscimo no percentual de 14%:

Comparação entre taxas de baixados 2019/2020				
VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Variação 2019 - 2020	
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68	▲	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1	■	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6	▲	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7	▲	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2	▼	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8	■	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7	■	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1	▼	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3	■	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5	▼	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6	▲	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1	▼	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46	■	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1	▼	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1	▼	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9	■	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4	■	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5	▼	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8	▼	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7	■	-4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1	▼	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4	■	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1	▼	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4	▼	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6	▼	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8	▼	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21	▼	-27%

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa atingido o percentual aproximado de 72,9%.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma considerável redução nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento no ano de 2020, e, proporcionalmente, aumento dos baixados no ano de 2021 até julho, enquanto que, na fase de execução, houve redução entre 2019 e 2020 e, em 2021, proporcionalmente, a quantidade tem aumentado.

Processos baixados	2019	2020	2021 até 31/07
Fase de conhecimento	965	537	480
Fase de execução	694	767	571

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara do Trabalho

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.076
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.066
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.062
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.002
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	994
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	965
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	936
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	911
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	903
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	878
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	813
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	408
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	359

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até julho/2021)

Vara do Trabalho

13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	570
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	562
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	489
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	482
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	480
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	465
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	460
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	454
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	452
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	450
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	410
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	372

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara do Trabalho

8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	694
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	559
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	504
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	468
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	437
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	79
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	15

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

Vara do Trabalho

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até julho/2021)

Vara do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	571
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	542
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	512
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	505
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	366
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	357
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	325
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	306
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	247
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	242
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	171
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	166
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	159

Deverá a unidade judiciária permanecer intensificando a inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos da unidade judiciária, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **635ª colocação**, entre as 1570 varas do país.

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (267 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações, conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Celeridade	Produti- vidade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	8º	7º	2º	13º
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	8º	2º	148º	1º	2º
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	2º	115º	5º	3º	8º
13ª Região - PB - 6ª Vara de João Pessoa	133º	139º	212º	20º	126º	183º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	47,37	37,41	800,59
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	24,33	40,33	240,33
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	102,79	7,4	1.695,15
13ª Região - PB - 6ª Vara de João Pessoa	133º	182,67	80	3.146,44

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	936	101	8
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	893	1.053	11
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	427	1.737	7
13ª Região - PB - 6ª Vara de João Pessoa	133º	674	803	14

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 29/08/2021):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 2020	845º	619º	520º	1.081º	1.037º	1.364º
dezembro 2020	1.129º	1.371º	547º	889º	954º	1.316º
março 2021	793º	656º	1.172º	211º	835º	1.217º
junho 2021	635º	496º	1.171º	128º	708º	1.008º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país:

Vara	Colocação no IGEST
13ª	103ª
10ª	180ª
12ª	199ª
5ª	254ª
3ª	355ª
9ª	500ª
11ª	523ª
4ª	541ª
7ª	547ª
1ª	588ª
6ª	635ª
8ª	671ª
2ª	855ª



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a julho de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
191,4 dias	197,8 dias
Início ao encerramento da liquidação	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
120 dias	210,8 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
3.985 dias	995,3 dias
Início à extinção da execução - ente público	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
833,7 dias	806,9 dias
Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
2.579 dias	1.048 dias

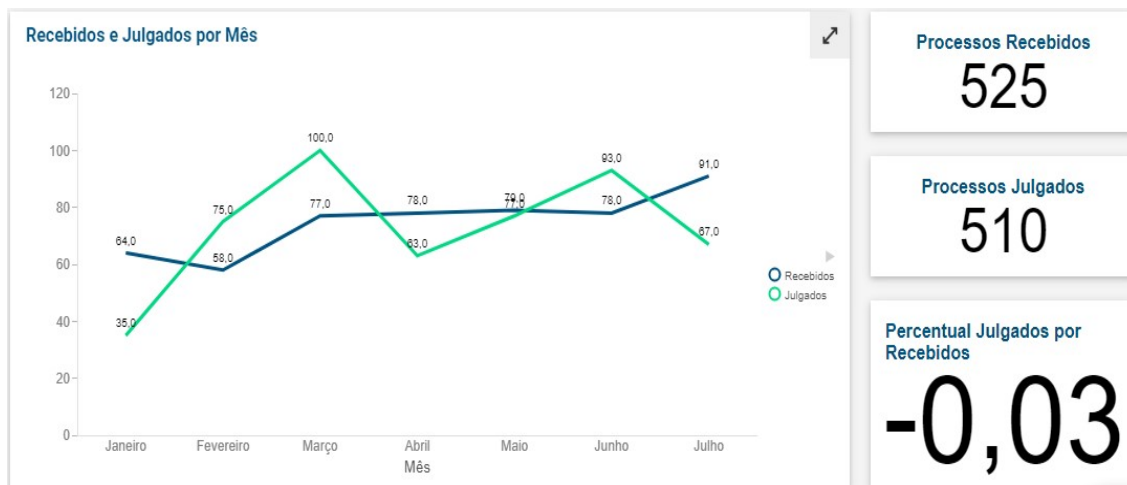
Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a julho de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 29/08/2021, apresenta os seguintes dados:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Percentual de processos julgados por recebidos	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-2,9%	-3,7%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – Juíza Titular (Fonte: SUAP e SAOAdm)

Rita Leite Rolim			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 06963/2020	1º/07/2021 a 30/07/2021	30

Registre-se que não há afastamento de jurisdição de Dr. Clóvis Rodrigues Barbosa, no período de 1º a 31/07/2021, quando foi designado para atuar como Juiz Substituto da Unidade correicionada, por meio do Ato TRT SCR nº 025/2021.



13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/08/2020 a 31/07/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Instrução	Encerramento Instrução	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Rita Leite Brito Rolim	177	1	195	27	400
Clovis Rodrigues Barbosa	29	2	26	-	57
Jose Guilherme Marques Junior	3	-	7	-	10
Ana Claudia Magalhaes Jacob	147	2	78	16	243
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	23	-	11	3	37

13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
José Guilherme Marques Júnior	1	1	-	2
Ana Cláudia Magalhães Jacob	58	48	21	127
Rita Leite Brito Rolim	89	76	34	199
Clóvis Rodrigues Barbosa	1	10	4	15
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	5	-	-	5



14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Rita Leite Brito Rolim	190	26	109	28	1	7	32	27	420
Ana Claudia Magalhaes Jacob	83	42	67	22	1	-	18	17	250
Clovis Rodrigues Barbosa	15	-	6	1	1	-	1	8	32
Jose Guilherme Marques Junior	3	1	2	-	-	-	1	-	7
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	8	-	12	6	-	1	1	1	29

No período correicionado, a Juíza titular laborou 335 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,25 processo/dia.

O Juiz substituto, no período de 1º a 31 de julho do corrente ano, laborou 31 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,03 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1 Processos sentenciados por classe processual

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	346
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	226
Homologação da Transação Extrajudicial	79



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Embargos de Terceiro Cível	40
Consignação em Pagamento	21
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	11
Ação Civil Pública Cível	4
Ação de Cumprimento	4
Tutela Antecipada Antecedente	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	3
Produção Antecipada da Prova	3
Ação Civil Coletiva	2
Alvará Judicial	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças Líquidas	%
José Guilherme Marques Júnior	3	100%
Clóvis Rodrigues Barbosa	6	100%
Ana Claudia Magalhães Jacob	85	77,98%
Rita Leite Brito Rolim	127	94,07%
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	12	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Rita Leite Brito Rolim	418
Clóvis Rodrigues Barbosa	32
Ana Claudia Magalhães Jacob	246
Ana Paula Azevedo Sa Campos Porto	1
José Guilherme Marques Júnior	7
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	29



16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 22 dias

Magistrado	Dias
Rita Leite Brito Rolim	19
Clóvis Rodrigues Barbosa	5
Ana Claudia Magalhães Jacob	29
José Guilherme Marques Júnior	41
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	13

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 28/06/2021, esclarecendo a magistrada que várias medidas foram adotadas para o aumento da quantidade de processos baixados e redução dos prazos médios, a exemplo do incremento das pautas e revisão dos processos na fase de execução.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, até 31/07/2021, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado - conta existente	R\$ 14.225,94
Pagamento ao reclamante - conta existente	R\$ 31.921,25
Transferência para processo de outro órgão	R\$ 72.585,15
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 1.248,63
TOTAL	R\$ 119.980,97

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000980-14.2018.5.13.0006 (arquivado com extrato da conta demonstrando o saldo existente), 0000038-79.2018.5.13.0006, 0131815-95.2015.5.13.0006, 0000499-85.2017.5.13.0006.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados



Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 67/2020, havendo a prolação de 25 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 67/2020, houve 4 registros nos últimos 6 meses de reclamações/informações de processos que tramitam na unidade judiciária correicionada, relativas aos processos 00194-38.2016.5.13.0006 (arquivado em agosto de 2021), 0000452-09.2020.5.13.0006 (designada perícia e aguarda entrega do laudo), 0000257-58.2019.5.13.0006 (arquivado em maio de 2021), 0000305-80.2020.5.13.0006 (arquivado em maio de 2021).

20. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;



- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000038-79.2018.5.13.0006, 0131815-95.2015.5.13.0006, 0000499-85.2017.5.13.0006;
- e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).
- f) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- g) revisitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- h) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- i) priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, seja por meio de incremento da pauta e redução do prazo para julgamento, na fase de conhecimento, seja por meio da utilização mais célere das ferramentas eletrônicas;



- j) nos casos de processos com quantia habilitada em processos pilotos de execução reunida, determinar o sobrestamento do feito por reunião da execução, acrescentando ao complemento o número do processo, evitando-se que permaneçam em situações diversas, em prejuízo ao tempo médio na fase de execução.
- l) determinar a remessa à Central Regional de Efetividade dos processos de execução de custas e contribuições previdenciárias (Regulamento Geral, artigo 37, inciso VII).
- m) julgar os incidentes de desconconsideração da personalidade jurídica por meio de sentença, evitando-se que sejam inseridas nos processos como decisões genéricas, a exemplo dos processos 0000278-05.2017.5.13.0006 e 0001006-21.2018.5.13.0003.
- n) observar, quando da apreciação das minutas de despachos, se há necessidade de expedição de intimação às partes, bem como o prazo correspondente, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, ou que indiquem prazo diverso do previsto no despacho, a exemplo dos processos 0132100-93.2021.5.13.0006, 0000177-31.2018.5.13.0006 e 0000278-05.2017.5.13.0006.
- o) fixar, nos despachos, prazo para cumprimento de ordens judiciais, quando se tratar de ofícios destinados a terceiros (serviços notariais/registros e instituições financeiras), bem como aplicação de multa diária em casos de descumprimento, a fim de evitar que fiquem paralisados e aumentem o tempo médio na fase de execução, a exemplo do processo 0001466-33.2017.5.13.0006;
- p) abster-se de determinar a paralisação do processo por 90 dias quando da utilização da ferramenta CNIB, recomendando-se a utilização de 10 dias, evitando-se, também, inserir no prazo da intimação automática os 90 dias



mencionados no despacho (contados em dias úteis), implicando no atraso da marcha processual.

q) determinar a suspensão/sobrestamento por decisão judicial de processos com termos de penhora e outras situações que demandam que se aguarde disponibilização de quantia, sem outra providência a ser tomada, a exemplo do processo 0000056-03.2018.5.13.0006.

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- d) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos, especialmente nos processos na tarefa arquivo provisório, e outras providências, a fim de que sejam oportunamente impulsionados;
- e) incentivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo do processo 0002069-43.2016.5.13.0006;
- f) proceder, com regularidade, à revisão do relatório constante no Sisbajud relativa aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes;
- g) orientar a equipe a proceder ao correto registro quando da remessa do processo ao fluxo de suspensão/sobrestamento, evitando-se a utilização do complemento “por decisão judicial” quando há outra opção mais adequada, a exemplo de execução frustrada e reunião de execução.



Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando, por exemplo, o ocorrido nos processos 0001466-33.2017.5.13.0006, 0121900-27.2012.5.13.0006 e 0000891-25.2017.5.13.0006;
- b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados.
- d) proceder ao acompanhamento dos processos remetidos ao arquivo provisório por meio da ferramenta Gigs;
- e) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos, evitando-se, por exemplo, o ocorrido que falhas do tipo erro na publicação, ocasionem a manutenção indefinida nos processos na tarefa aguardando término de prazos, a exemplo do processo 0130558-35.2015.5.13.0006, paralisado desde 2019. A utilização do Gigs também é importante para controle de diversas outras tarefas, a exemplo do cumprimento de providências e arquivo provisório.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Corregedoria Regional constata que a Unidade correicionada continua funcionando em plena regularidade, apresentando uma boa gestão processual, sendo evidenciado pelo êxito no alcance da Meta 2 do CNJ, tanto no exercício anterior (**105,24%**) quanto no atual exercício que já vem obtendo um índice de **100,40%**.



Ressalta o Corregedor a significativa redução dos processos pendentes de finalização na fase de execução - de **3.038** no ano de 2020 para **2.706** no atual exercício, bem como também no quantitativo de processos nessa fase - de **2.952** para **2.640** no ano em curso, motivo pelo qual parabeniza esse resultado - o que certamente refletiu no cumprimento da Meta 5/2020 do CNJ, cujo índice apresentou-se na ordem de **102,12%**.

Em razão do volume de processos antigos baixados, houve majoração considerável no tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP 1 e) – de **1.018** dias no ano anterior para **3.886** dias no atual exercício.

O Corregedor destaca que a Meta 1/2021 vem sendo cumprida pela unidade, julgando-se mais processos que os distribuídos, demonstrando-se o trabalho desempenhado com o intuito de diminuir o passivo por meio do incremento das pautas, o que, também, contribui para que se assegure, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5 do CNJ, que ora se apresenta no patamar de **71,66%**.

Ressalta, ainda, que a Unidade vem atingindo, no atual exercício, um excelente índice de conciliação (**44,92%**), bem acima da meta do Regional (**38,50%**), merecendo destaque o percentual de **116,67%** em relação à Meta 3/2021 do CNJ.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece a dedicação da equipe em fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor





ANEXO

VISTOS

0000345-62.2020.5.13.0006	0130053-44.2015.5.13.0006	0000249-47.2020.5.13.0006
0131462-55.2015.5.13.0006	0000098-18.2019.5.13.0006	0132100-93.2012.5.13.0006
0000327-41.2020.5.13.0006	000509-90.2021.5.13.0006	0000710-19.2020.5.13.0006
0000709-05.2018.5.13.0006	0000558-10.2016.5.13.0006	0131837-56.2015.5.13.0006
0000747-80.2019.5.13.0006	0130039-60.2015.5.13.0006	0001046-28.2017.5.13.0006
0000707-98.2019.5.13.0006	0000359-51.2017.5.13.0006	0002069-43.2016.5.13.0006
0000115-20.2020.5.13.0006	0000929-66.2019.5.13.0006	0000389-81.2020.5.13.0006
0099700-89.2013.5.13.0006	0000448-69.2020.5.13.0006	0000455-61.2020.5.13.0006
0000459-98.2020.5.13.0006		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0130107-56.2014.5.13.0002	0130558-35.2015.5.13.0006	0000115-25.2017.5.13.0006
0000381-12.2017.5.13.0006	0001396-16.2017.5.13.0006	0132056-69.2015.5.13.0006
0119900-83.2014.5.13.0006	0000177-31.2018.5.13.0006	0000299-73.2020.5.13.0006
0000208-22.2016.5.13.0006	0000027-84.2017.5.13.0006	0131141-20.2015.5.13.0006
0130798-24.2015.5.13.0006	0000891-25.2017.5.13.0006	0131359-48.2015.5.13.0006
0001466-33.2017.5.13.0006	0000146-11.2018.5.13.0006	0000947-92.2016.5.13.0006
0121900-27.2012.5.13.0006	0000278-05.2017.5.13.0006	0000153-71.2016.5.13.0006
0000429-63.2020.5.13.0006	0000374-15.2020.5.13.0006	0000056-03.2018.5.13.0006
118400-21.2010.5.13.0006		